

Folha de São Paulo, 12/12/92

Negociar, distribuir e crescer

Aloizio Mercadante

Chega de aventuras; só chegaremos à Economia estável com o controle social da inflação

O Brasil é um dos países que mais cresceu no último século e manteve uma taxa histórica de crescimento do PIB de 7% ao ano entre 1945 e 1980. Um país continental, com imenso potencial agrícola e industrial. É evidente que tem todas as condições de voltar a crescer. No entanto, continuamos a viver a mais profunda e prolongada crise de nossa história recente.

O primeiro desafio é enfrentar a inflação. Nos últimos dez anos tivemos oito planos de estabilização; com cinco congelamentos de preços; quatro moedas; 15 políticas salariais e 54 formas de controle de preços. Todos fracassaram. Chega de aventuras, a sociedade precisa de regras estáveis que só podem ser alcançadas através de um controle social da inflação. A redução progressiva da inflação, o estancamento das perdas salariais e a redução das incertezas devem ser obtidas através de uma ampla negociação política envolvendo o novo governo, o Congresso Nacional e os representantes dos trabalhadores e empresários.

A ativação das câmaras setoriais em setores estratégicos poderia permitir acordos de redução de preços, através da redução nas margens de lucro e impostos indiretos, como já aconteceu no setor automobilístico. O poder público deveria balizar as expectativas inflacionárias através do manejo dos preços-chaves – as tarifas públicas, a taxa de câmbio e a taxa de juros, que seriam os parâmetros de custos. Os trabalhadores poderiam ter a garantia do nível de emprego e um programa de recuperação gradual das perdas salariais compatíveis com a retomada do crescimento, o aumento da produtividade e a geração de novos empregos. A recuperação da capacidade ociosa, em um ambiente em que as tarifas e câmbio teriam evolução mais previsível, aliviaria os custos fixos e propiciaria horizontes mais estáveis, estimulando novos investimentos.

A política de controle social da inflação seria acompanhada de uma política de estímulo à produção e abastecimento alimentar, com novas formas de comercializações e ainda, pela reforma fiscal. A reforma fiscal teria que se concentrar no combate à sonegação e nos imposto

s diretos sobre a renda e patrimônio, para permitir aliviar os impostos indiretos e penalizar os que têm renda e riqueza, especialmente a especulação financeira. Paralelamente, teríamos que renegociar a dívida externa e criar formas voluntárias de alongamento dos títulos da dívida interna.

É muito difícil, mas seria possível através de uma política de rendas negociada, mudar o comportamento dos agentes econômicos na crise e construir um processo de estabilização com a retomada do crescimento, que não seja abrupto, populista, conduzido apenas pela expansão do consumo sem a retomada dos investimentos.

Mas este caminho exigiria um amadurecimento político rápido do país, para que as reformas estruturais e modernizantes avancem e não se perca mais tempo em um mundo que não perdoa a paralisia decisória.

O Brasil precisa de uma agenda de modernização, que não é o neoliberalismo irresponsável de Collor. Não se trata de gerar ilhas de prosperidade em um oceano de miséria e desespero. Mas também não há caminho de volta, o modelo “nacional desenvolvimentista” se esgotou ao longo da chamada década perdida. As tentativas populistas de restauração deste modelo estão fadadas ao fracasso. O nosso desafio é compatibilizar a modernidade tecnológica e produtiva e a reinserção competitiva com a incorporação da pobreza na lógica do novo modelo de desenvolvimento. Modernizar promovendo a cidadania dos milhões de excluídos.

Aloizio Mercadante, 38, economista, é deputado federal pelo PT de São Paulo